

DOI: 10.5902/1983465910506

# PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL: ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE, BRASIL

## *POLITICAL PARTICIPATION IN HIGH SOCIAL VULNERABILITY CONTEXTS: AN EXPLORATORY STUDY IN A COMMUNITY OF PORTO ALEGRE, BRAZIL*

Data de submissão: 26/08/2013

Aceite: 15/05/2014

Pedro de Almeida Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho se inscreve no campo da Gestão Social e tem o objetivo de problematizar se a aparente apatia política de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social é uma condição a ser superada ou se configura uma impossibilidade de dialogar com valores da matriz cultural de onde se originam a racionalidade ocidental moderna e os seus conceitos. Essa problematização é feita a partir do diálogo entre dados empíricos de uma pesquisa de traços etnográficos com dois anos de duração, realizada em uma comunidade com tais características, e o embasamento teórico que procura discutir quais as causas da perversa reprodução de condições de desigualdade em um país da modernidade periférica, especialmente a partir da noção de subcidadania. As reflexões iniciais a respeito desse tema apontam que tal conceito pode explicar, ainda que em parte, a dificuldade das pessoas em se tornarem efetivamente sujeitos políticos capazes de lutar e reivindicar mudanças na sua condição, apesar das políticas públicas criadas para superar essa condição.

**Palavras-chave:** Gestão Social; Subcidadania; Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Atualmente é professor adjunto do Curso de Administração Pública e Social da Escola de Administração (EA) da UFRGS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: pacosta@ea.ufrgs.br

## ABSTRACT

*This paper is under the field of Social Social studies and aims to discuss if the apparent political apathy of a socially vulnerable community is a condition to be overcome or if such condition means an inability to dialogue with the cultural matrix values from which come modern Western rationality and its concepts. This questioning is made from the dialogue between empirical data from an ethnographic research with two years' duration, held in a community with such characteristics, and theoretical foundation which seeks to discuss what could be the causes of a perverse reproduction of unequal conditions in a country of peripheral modernity, especially from the notion of undercitizenship. The initial reflections on this subject point out that such a concept can explain, even in part, the difficulty of people in becoming effective political actors capable of fighting and demand change in its own condition, despite public policies designed to overcome this condition.*

**Keywords:** Social Administration; Undercitizenship; Social Vulnerability; Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um paradigma político de democracia e participação popular desde a Constituição brasileira promulgada em 1988, que institucionalizou ou provocou a institucionalização de mais espaços de participação (AVRITZER, 2009). Há, contudo, problemas na sua implementação e na transformação das diferentes formas de espaços públicos de participação em espaços de efetivo desenvolvimento de cidadania ou cultura política (GOHN, 2004). De qualquer modo, o paradigma está posto – ou a transição paradigmática está a se estabelecer, como sugere Santos (2003) –, e nenhuma administração pública deixa de se ancorar em diferentes *slogans* sobre o acolhimento dessa participação nas suas ações, como forma de lhes conferir aspecto democrático.

Nessa perspectiva, ganha espaço a noção de empoderamento das comunidades, tomada ao mesmo tempo como causa e consequência dos processos participativos (ROMANO, 2002), que assume, por vezes, um caráter de categoria heurística quase mágica, capaz de explicar e indicar o grau de democracia da vida política de uma sociedade.

Diante disso, o presente texto tem o objetivo de problematizar essa questão, em uma comunidade em situação de alta vulnerabilidade. Vamos argumentar que essa noção de empoderamento e a sua ligação quase de causa e efeito com a participação popular e a democracia nasce de uma matriz cultural identificada com a modernidade ocidental, cujo fundamento é a racionalidade weberiana, e que, devido às condições de vida levantadas, essa racionalidade não se desenvolve por completo nos sujeitos, nem de forma proporcional entre eles/elas, de modo que as dinâmicas de organização de vida, que se manifestam nas dinâmicas de organização econômica e política, são marcadas por uma pré-racionalidade que ilustra o que Souza (2003) chama de subcidadania.

A comunidade pesquisada apresenta os traços típicos dessa “modernidade periférica”, e nela se percebe a reprodução da tentativa de impor, por mais paradoxal que pareça, um modo de agir social que, parecendo ser inclusivo e politizante, vai ter a capacidade de excluí-la e despolitizá-la a ponto de inviabilizar qualquer processo de transformação duradouro e autônomo.

Tendo em vista essa particularidade na forma de organizar a vida associada, o presente artigo procura, então, lançar a questão de pensar se esta condição em que se encontra a comunidade é uma condição a ser superada, no sentido da falta de uma cultura cívica<sup>2</sup>, ou se consiste,

<sup>2</sup> Aqui fazemos referência ao conceito de Putnam (2000), que refere uma comunidade com dada cultura política capaz de participar ativamente da vida da sua comunidade e influenciar os seus desígnios e as suas dinâmicas de desenvolvimento. É base da construção da noção de capital social, segundo o mesmo autor. O conceito de capital social em Putnam (2000) é alvo de muitos questionamentos, que não temos aqui condições de problematizar ou mesmo revisar de modo e detalhado. Para o leitor com interesse nessa discussão, recomendamos, especialmente, as obras de Bourdieu (1998) e Hintze (2004). Por outro lado, quisemos utilizar a noção de cultura cívica de forma proposital e justamente porque, no contexto da obra do autor, denota uma categoria instrumental usada recorrentemente no debate que reputamos como estéril a respeito das políticas públicas voltadas para a superação da condição de vulnerabilidade.

antes, em uma resistência aos valores dessa matriz cultural de onde se originam a racionalidade ocidental moderna, seus conceitos e suas instituições, ou, ainda, se é o quadro de análise da pesquisa, a partir do qual se olha a comunidade, que precisa ser desconstruído e reconstruído.

Tal debate é importante para o desenvolvimento da pesquisa, cujos resultados parciais são discutidos neste artigo: esperamos com este texto definir alguns limites e encaminhamentos para o seu seguimento. Trata-se de pesquisa em fase de desenvolvimento em uma comunidade de alta vulnerabilidade social na região central de Porto Alegre, Brasil, que objetiva identificar as dinâmicas políticas e de trabalho nela presentes<sup>3</sup>.

O presente artigo inicia com uma revisão conceitual do que vamos chamar de subcidadania, a partir do modo como esse construto é construído por Jessé de Souza (2003). Em seguida, apresentamos uma breve síntese de quais são os espaços e como acontece o processo de participação na comunidade acompanhada, para poder, então, não somente encontrar explicações para determinado fenômeno, mas contribuir na construção de alternativas para a superação autônoma e não tutelada da condição de pobreza extrema em quadros urbanos.

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO: A CONDIÇÃO DE SUBCIDADANIA COMO EXPLICAÇÃO DA REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE PERIFÉRICA

Como quadro de análise da situação pesquisada empiricamente, queremos construir, nesta seção, a revisão de um referencial teórico que, pensamos, pode ajudar no intento de problematizar a questão da participação cidadã em territórios de alta vulnerabilidade social. Faremos isso a partir do conceito de subcidadania cunhado por Jessé de Souza (SOUZA, 2003).

A noção de subcidadania vai emergir na obra do referido autor, na tentativa de construir uma teoria que explique o que ele chama de singularidade da modernidade periférica, aquela que se desenvolve na periferia dos grandes centros capitalistas e que é vulgarmente tratada como uma mera sociedade pré-moderna nas tradições teóricas hegemônicas – não por acaso produzidas nos espaços centrais e reproduzidas nos círculos acadêmicos dessas mesmas periferias, no máximo agregando algumas explicações, também pré-modernas, de cunho personalista e patrimonialista.

Para o autor, é preciso vencer esse limite culturalista das teorias a respeito do pensamento produzido sobre a modernidade periférica, assim como a falta de categorias mais abstratas que possam explicá-la. Ou seja, é necessário que se construa uma compreensão mais adequada do que ele chama de “processo de expansão do racionalismo ocidental do centro para a periferia”, de forma que se essa compreensão revele, de modo conceitual e abstrato, como é e, especialmente, como se reproduz essa condição singular que tem estado à sombra das conceituações hegemônicas da sociologia.

É nesse contexto que emerge a noção de subcidadania, com a qual queremos, no presente texto, entender e problematizar a ideia de participação em comunidades de alta vulnerabilidade social, pois entendemos que nesses espaços, como será visto ao longo do artigo, permanece invisível e “opaca” uma hierarquização e uma distinção social que contribuem para reproduzir essa mesma condição de desigualdade crônica, ainda – e especialmente – quando se intenta imprimir uma forma “moderna” de participação cidadã.

Neste texto, vamos trabalhar com o conceito de vulnerabilidade social de Marques (2010): situação vulnerável significa estar em uma condição de risco iminente, em que qualquer mínima alteração leva o sujeito a uma condição de privação. No caso estudado, as pessoas da comunidade que

<sup>3</sup> A pesquisa tem apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e apoio institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a alocação de bolsa de iniciação científica e condições institucionais de trabalho.

vivem de catar lixo seco diariamente dependem dessa atividade para garantir a próxima refeição. Qualquer imprevisto ou impedimento leva à fome. Elas estão em situação de alta vulnerabilidade.

Para Souza (2003), a produção e reprodução de desigualdades na modernidade periférica ocorrem não pela ausência de valores e instituições modernas, como sustentam as teses patrimonialistas e personalistas, mas justamente pelo seu excesso e eficácia. E a eficácia da impressão desses valores e instituições, que hierarquizam e distinguem as condições sociais, consiste, primordialmente, na sua naturalização e invisibilização como critério distintivo.

Nas palavras do próprio autor, “[...] a desigualdade e sua naturalização é moderna [...] Assim, ao contrário de ser personalista, ela retira sua eficácia da ‘impessoalidade’ típica dos valores e instituições modernas” (SOUZA, 2003, p. 17, grifo do autor). Para chegar nessas conclusões, Souza (2003) faz um roteiro de conhecimento e desconstrução da própria modernidade “central”, para depois, então, tentar constituir e apresentar o que ele chama de “modernidade periférica” e como ela opera no sentido de garantir a reprodução das desigualdades nesses espaços. Vamos procurar reconstituir esse roteiro do autor, de modo que também o nosso leitor possa, ao longo deste texto, entender como estamos construindo o entendimento e a problematização da questão da participação no nosso espaço de pesquisa empírica.

Souza (2003) embase-se em dois pensadores da modernidade central: Charles Taylor e Pierre Bourdieu. Sabemos que corremos o risco de uma simplificação extrema e seletiva ao fazer isso; todavia, a limitação de espaço neste texto nos impele a produzir esse resumo, no sentido de usar deliberadamente o que é mais conveniente de cada argumento para construir a nossa própria sustentação teórica para o problema sobre o qual nos debruçamos. Ademais, trata-se de dois autores largamente estudados e conhecidos em função das suas contribuições, de modo que o nosso leitor menos familiarizado com tais conceitos tem a possibilidade de poder aprofundar-se neles em outras fontes se sentir necessidade.

Do primeiro dos autores mencionados, ele vai trazer o conceito de hermenêutica do espaço social para desinvisibilizar<sup>4</sup> certa moralidade moderna que, embora marque todas as relações sociais a ponto de classificar os sujeitos segundo essa moral, se mostra – ou tenta se mostrar – invisível, e, quanto mais invisível, mais eficaz, no sentido de guiar a ação social de modo inconsciente, incorporado e imune a questionamentos de qualquer ordem.

A hermenêutica de Taylor, segundo Souza, tem como alvo a matriz valorativa (invisibilizada e dissimulada) que funciona como pano de fundo para avaliar toda ação individual e social do sujeito moderno. O que Taylor chama de “topografia moral” específica ao ocidente tem um componente de interioridade e outro social. No primeiro, o sujeito constrói o que ele chama de “reconhecimento” de si, evidenciando ao nosso leitor, já neste ponto, que tal reconhecimento precisa acontecer em relação a algum padrão dado e que tenha significado e aceitação para o sujeito, ou seja, esse reconhecimento acontece em relação à matriz cultural típica do ocidente moderno, que poderia ser resumida na noção de racionalidade weberiana.

Para comentadores da obra de Max Weber (KALBERG, 2010; SOUZA, 2006), a grande contribuição dos seus trabalhos pode residir na caracterização que ele teria conseguido fazer a

<sup>4</sup> Nos autoconcedemos a liberdade semântica do termo “invisibilização” e suas variações neste texto, querendo significar que o processo de “invisibilizar” ou “tornar invisível” denota uma ação deliberada e pressupõe um sujeito que pretende tornar as coisas invisíveis. Seria diferente afirmarmos que algo “é invisível”, o que poderia significar um “estado”. Ao contrário, queremos afirmar que, por exemplo, no contexto deste artigo, determinados valores modernos são tornados invisíveis justamente para não parecerem valores, por terem a intenção de se mostrarem naturais, acima de qualquer avaliação moral, pois sua eficácia reside justamente em não poderem ser discutidos e problematizados por conta dessa suposta neutralidade ontológica. Partimos do pressuposto de que, em ciências sociais, não existe uma referência para qualquer ação social, em qualquer sociedade, que seja imune a valores. Nesse sentido, estamos de acordo com Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Jessé de Souza quando afirmam que qualquer autoproclamação de neutralidade implica o desejo de fazer de um valor particular algo universal e inquestionável. E concordamos também com Max Weber (1982) quando este sinaliza que a busca de neutralidade em ciências sociais se limita a uma postura de pesquisa em que se quer conhecer e compreender o ponto de vista (valores e motivação) do outro.

respeito da modernidade ocidental, reputando-a como singular e embasada na ideia de uma racionalidade de dominação do homem sobre o mundo. A peculiaridade desse tipo de racionalidade é a matriz a partir da qual se constrói a cultura típica do ocidente, baseada no cálculo racional, na impessoalidade e no ordenamento burocrático das relações.

Se o componente interior tem caráter subjetivo e remete o sujeito a pensar em si, enquanto ser racional, capaz de usar sua razão para subjugar seus instintos, suas pulsões e seus desejos, que é o que lhe caracteriza como sujeito “moderno”, o componente social reside na capacidade desse mesmo sujeito mostrar tais atitudes nos espaços de relações sociais, onde ele possa ser reconhecido pela supremacia – senão onipresença – da razão.

Para Souza (2003), a assunção invisibilizada dessa moral garante um padrão de comportamento incorporado, sendo justamente essa “incorporação” (ação quase corporal, pré-reflexiva) que caracterizaria o comportamento racional médio do sujeito moderno. Evidentemente, também se constitui a partir dessa matriz cultural uma moral de trabalho que Weber (2003) tão bem identificou como o “ethos capitalista”.

É necessário registrar que, nesse texto, Weber aponta que o espírito do capitalismo nasce da transmutação de uma ética religiosa protestante em um padrão de conduta social que inicialmente se mostra eficaz para a organização do trabalho e depois se derrama para outras esferas da vida social, enquanto Taylor sinaliza que esse padrão moral de comportamento no trabalho corresponderia à particularização desse padrão moral geral. Contudo, não nos deteremos, no presente artigo, em discutir em qual sentido se deu historicamente esse “derrame”.

Porém, tendo em vista a orientação culturalista dessa leitura do sujeito moderno, é na obra de Pierre Bourdieu que Souza (2003) vai encontrar o complemento necessário à moralidade de Taylor, especificamente no conceito de habitus, a partir do qual se cristaliza, se inculca e se incorpora nos sujeitos a moralidade hierarquizante que distingue esses mesmos sujeitos entre si.

Por habitus, entendem-se esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos, e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo. É apenas este tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito de que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras abaixo dela.

Na obra de Bourdieu, em relação a qual tomamos a liberdade realizar uma breve incursão por nossa conta, o conceito de habitus está muito ligado ao conceito de campo. Campo e habitus são dois conceitos básicos e indissociáveis, ligados de forma umbilical, pois, como ele mesmo resume, ambos possuem uma cumplicidade ontológica.

O campo é um espaço de relações, um mundo social particular em que podem ser observadas invariantes de uma realidade universal, que é a disputa pelo domínio do próprio campo. “Todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” (BOURDIEU, 1998a, p. 150). O que Bourdieu chama de agentes do campo são sujeitos que ocupam posições relativas nesse espaço, que são definidas a partir de acúmulos de diferentes formas de capital. A posição de um ator só faz sentido em relação à posição dos demais atores do mesmo campo.

Um campo seria, assim, resultado de sua gênese histórica e social, sendo construído pelo conjunto de relações entre agentes distintos e distinguidos a partir da sua posição nesse campo. As posições dos diferentes agentes no campo, de acordo com as coordenadas dadas pelos seus acúmulos, são, por sua vez, fruto da trajetória e disposições dos agentes, o seu habitus. Que o próprio Bourdieu o defina:

O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas também são diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles também são operadores de distinções. [...] Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...] mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes (BOURDIEU, 1996a, p. 21-22).

Para entender a diferenciação existente entre as posições dos agentes no campo, é preciso que se conheça e reconheça o critério classificatório e distintivo das práticas, dos gostos, enfim, das disposições que fundam a própria distinção. Portanto, é preciso estar no campo para entendê-lo, e, uma vez estando no campo, as classificações moldam o habitus do agente, de tal modo que, de forma recursiva, o seu próprio habitus pode influenciar o esquema classificatório.

Dessa relação é que nasce a cumplicidade ontológica entre campo e habitus. Os processos de socialização, dentre os quais Bourdieu destacou a família, a Escola e, principalmente, o Estado, são construções estruturadas e estruturantes dos esquemas classificatórios. É por meio dos processos de socialização, entendidos como atos cognitivos, que são inculcadas as estruturas e formas de classificação e percepção da materialidade das relações do campo, de forma que a subjetividade (habitus, disposições cognitivas) passa a encontrar no mundo material (campo) estruturas objetivas correspondentes, criando um sentido e um reconhecimento da relação entre objetividade e subjetividade – campo e habitus – a partir das suas exterioridades mútuas.

Essa análise estrutural de Bourdieu servirá, no trajeto de pensamento de Souza (2003), como complemento à teoria de Taylor para caracterizar os processos de dominação na modernidade. É nessa relação – que Souza reconhece como difícil – entre moralidade e poder (estrutural, acrescentaríamos) que se consolida um mecanismo perverso e retroalimentado de produção e reprodução de desigualdades na modernidade. O autor enxerga complementaridade entre aspectos subjetivos e objetivos de dominação e vai concluir que a fonte da eficácia dessa dominação reside justamente em sua complementaridade.

Ou seja, existe uma ordem moral que se organiza, se multiplica e se incorpora em diferentes instituições modernas e que, a partir dessas instituições e de sua força, é internalizada e reproduzida pelos sujeitos, naturalizando-se em suas ações sociais. E é precisamente da hierarquização social que essa moral constrói que decorre o processo de desigualdade na modernidade central, como assinala Souza (2003, p. 166), ao falar sobre a ideologia espontânea do capitalismo: “[...] esse gigantesco processo histórico homogeneizador [...] pode ser percebido como um gigantesco processo de aprendizado moral e político de profundas conseqüências”.

Por outro lado, a partir desse quadro que conforma a modernidade central, Souza (2003) vai tentar, então, construir para o seu leitor a ideia de modernidade periférica e de como operam e se reproduzem nela os mecanismos de desigualdade que, segundo ele, não são os mesmos que os da modernidade dita central. Um traço central da modernidade periférica e que a distinguiria da modernidade dita central, é que nela as práticas, os valores e as instituições modernas aparecem antes das ideias correspondentes, pela ausência de referências éticas e culturais nos países em que ocorre. Assim, o impulso modernizador que se irradiou, especialmente no século XIX do centro (em processo de avançada “modernização”) para a periferia encontrou um vácuo institucional e simbólico no qual não se produziu nenhuma reação a essas práticas, instituições e valores.

A cultura material e simbólica do ocidente moderno, nas palavras de Souza (2003), teria tomado de assalto, portanto, a periferia, que carecia de uma articulação cultural consistente capaz de fazer alguma reflexão mínima a respeito do que lhe invadia e a isso oferecer resistência.

Nesse ponto, Souza desconstrói as teses culturalistas e patrimonialistas hegemônicas no pensamento histórico e sociológico brasileiro – leia-se Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e especialmente Gilberto Freyre – no sentido de afirmar que o que houve, de fato, foi uma ruptura cultural violenta, rápida e eficaz da vida interna da colônia, e não a continuidade das práticas patrimonialistas da sociedade portuguesa “mestiçadas” com traços de uma cultura popular. O Brasil moderno teria sido, então, não uma continuidade, mas uma ruptura violenta – e violentada – pelo racionalismo ocidental moderno.

Ele se apoia em Florestan Fernandes e Werneck Vianna para apontar que essa entrada antecipada das práticas modernas em relação às ideias (supostamente subjacentes às ações) é que fez naturalizar a hierarquização social a partir desses valores modernos – em especial a distinção econômica e o conhecimento “científico” –, sem que houvesse uma capacidade local de crítica e reflexão sobre esses valores e as instituições modernas em que eles se materializaram: o mercado competitivo e o Estado burocrático e centralizador.

Neste ponto, vale a pena lembrar a tese de Fernandes (2009), segundo a qual a pseudoburguesia brasileira – correto seria falar de ausência de uma burguesia nacional, segundo o próprio Fernandes – não foi uma classe revolucionária ou portadora de ideias liberalizantes, tanto econômica quanto politicamente, mas simplesmente um classe oligárquica pós-imperial que assume o papel e a postura de dominação quando a reconfiguração econômica do país, diga-se de passagem liderada pela incipiente e nascente Estado burocrático e autoritário, apontou para a “modernização” capitalista.

Dito de outra forma, a burguesia na verdade não passou de uma transmutação maquiada de uma oligarquia rural para outra urbana, industrial e “moderna”, que enxergou a possibilidade histórica de continuidade de uma dominação e soube acomunar-se com o Estado nascente para a divisão do poder político e econômico.

Souza (2003) salienta então que, para passar a sustentar e legitimar internamente essa ideologia que, nos países centrais de onde ela emanava, era resultado de uma reflexão anterior, de uma bandeira pela qual uma classe histórica havia lutado, foi preciso criarem-se e enraizarem-se aqui valores que, a esta altura do processo histórico de racionalização dos valores modernos, eram eminentemente de caráter econômico, de modo que o que se instituiu na periferia foi uma matriz típica e eminentemente economicista de hierarquização social, que se legitima e reproduz pela posse ou não de conhecimentos técnicos.

Tendo em vista a incapacidade da cultura e das instituições locais de exercerem alguma crítica consistente aos valores exógenos, o máximo que se conseguia fazer por aqui era o que Souza (2003) toma emprestado novamente do pensamento de Charles Taylor e que ele chama de “esquematisação”: uma adaptação precária e uma acomodação dessa matriz cultural importada a uma configuração local particular. Em Taylor, aponta Souza, essa noção de “esquematisação” significa tão somente uma forma particular de imbricamento desses novos valores com um imaginário local anterior, que não descaracterizam nem diminuem a força dos valores antigos: ao contrário, reforça-os e naturaliza-os.

Uma vez caracterizada essa modernidade periférica, que institui valores à força para sustentar práticas que deles dependem para manter as relações sociais, políticas, econômicas e culturais suficientemente disciplinadas para que tais práticas sejam estáveis e duradouras, o último elemento teórico que precisamos pedir emprestado a Souza para o nosso raciocínio é a ideia de habitus precário, que será o sustentáculo do que ele vem a chamar de subcidadania.

A ideia de habitus precário decorre, evidentemente, do conceito de habitus de Bourdieu e aponta a incorporação de hábitos pré-reflexivos e esquemas cognitivos e avaliativos que,

como o nome indica, são precários, no sentido de serem esquemas avaliativos insuficientes para fazer com que o sujeito possa entender a própria matriz valorativa “moderna” que o coloca nessa condição inferior, dominada e submissa.

O “habitus precário” seria o limite do “habitus primário” para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências sociais e políticas (SOUZA, 2003, p. 167, grifos do autor).

Com esse habitus precário, já ficou evidente ao nosso leitor, é impossível ao sujeito social aspirar a um espaço dentro da ordem hierárquica que não seja o de subordinação e ausência de acesso aos efeitos produtivos e positivos das instituições modernas. Um morador como aqueles da comunidade pesquisada, e que na sequência deste texto será apresentada, que sobrevive de catar lixo, à margem da lei, sem documentos, sem seguridade social, sem educação formal e sem capacidade de planejar a sua vida para além da próxima refeição, entre outras condições de vulnerabilidade, não vai poder circular, até mesmo pela ausência de uma estrutura cognitiva capaz de “ler” os códigos simbólicos e culturais aí presentes, nas instituições-chave da modernidade periférica, como o Mercado e o Estado.

Às pessoas que estão nessa situação de não conseguir desenvolver um habitus mais-que-precário, que lhe daria a condição de pensar em mobilidade social, resta a quase condenação a uma situação permanente de exclusão de um circuito cultural que seria, na tese de Souza, a explicação do mecanismo de reprodução da desigualdade, particularmente nas sociedades ditas periféricas.

Souza (2003) apoia-se no resgate histórico que Florestan Fernandes fez da escravidão no Brasil para identificar que essa imposição de valores de fora para dentro nas sociedades periféricas atingiu, do ponto de vista histórico, de forma altamente desigual, estratos sociais diferentes: a modernização brasileira do Estado e dos mercados competitivos ocorre nesse mesmo período, o que garantiu certo apoio dos “liberais” brasileiros à abolição da escravatura. Ao escravo liberto, faltaria um componente fundamental de organização psicossocial, sem o qual ele não conseguiria se adaptar à nova ordem capitalista que se instalava: faltava-lhe o apetite competitivo e a consequente disposição para o trabalho assalariado. Ou seja, lhe era absolutamente estranho o habitus de um trabalhador capitalista que racionaliza a sua condição de venda (alienação) de força de trabalho.

Embora a desigualdade brasileira hoje não incida somente sobre descendentes de escravos, ela tem ainda a mesma força desproporcional em diferentes estratos sociais, sobretudo em pessoas com esse habitus precário, gerando o que o autor provocativamente chama de “ralé estrutural” no Brasil, a qual vive na condição de subcidadania. Nessa condição de subcidadania, como veremos adiante, é impossível participar da vida política de uma sociedade, do modo como ela é posta e proposta.

Resumindo este breve embasamento teórico, novamente cientes do risco de extrema simplificação corrido em função de lidar com um número significativo de articulações entre noções e tramas históricas complexas, queremos sinalizar um quadro teórico em que:

- a) a hierarquização de posições sociais em quadros de extrema vulnerabilidade, como os tipicamente periféricos em que se inscreve a noção de subcidadania, é decorrente da forma como ocorreu o processo de modernização dessas sociedades, e não da permanência de um quadro pré-moderno;
- b) a forma como aconteceu o processo de modernização periférica tem implicações econômicas, políticas e simbólicas muito fortes sobre os sujeitos, na medida em que nem todos reúnem condições de desenvolver um habitus suficiente para entender e dialogar de modo produtivo com a matriz valorativa que é imposta nesse processo de modernização;

c) tal condição desfavorável caracteriza uma situação de subcidadania que vai além da ausência (ou do não acesso) de determinados direitos em uma sociedade, implicando a incapacidade mesma de se reconhecer perante as instituições básicas da modernidade como sujeitos de direitos.

A partir dessa estrutura teórica, na sequência do texto, apresentaremos uma breve caracterização da comunidade estudada, indicando os seus principais pontos vulneráveis para, então, podermos problematizar essa condição e embasar a nossa argumentação de que, nesses contextos, a questão de participação precisa ser discutida, primeiramente, a partir da necessidade de desconstrução da própria matriz cultural da modernidade ocidental.

A partir desse ponto, o que temos chamado no texto de modernidade passaremos a denominar de modernidade ocidental. Baseamo-nos, para isso, ainda em Souza (2003), que diferencia as modernidades de países periféricos (ou de modernização tardia) daquelas culturas tradicionais que, nos estudos de religião comparada de Max Weber, opuseram resistência moral e cultural ao capitalismo e seus valores, como China e Índia. Ou seja, a racionalidade que resume a matriz cultural moderna só foi possível no ocidente e só pode ser imposta às fronteiras coloniais periféricas como o Brasil, justamente pelos já mencionados vácuos cultural e religioso que não opuseram resistência, mas somente “esquemmatizaram” essa matriz valorativa às características locais.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA E A COMUNIDADE ESTUDADA

A pesquisa que embasa reflexões deste artigo tem caráter exploratório, pois seu objetivo é identificar e caracterizar processos de mobilização econômica e política em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente se procurava conhecer as iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda na comunidade. Entretanto, no decorrer da pesquisa, identificou-se que as atividades de geração de trabalho e renda locais não se articulavam coletivamente, no sentido de formação de coletivos de trabalho. Por outro lado, as iniciativas pontuais e individuais de diferentes atores locais estão imersas em uma trama social relativamente complexa e epistemologicamente desafiadora, o que terminou demandando pesquisador o entendimento da dimensão política que o trabalho assume sob tais circunstâncias.

No presente artigo, são apresentados os resultados parciais da pesquisa, que ainda está em andamento. No momento de escrita deste texto, a pesquisa ganha traços de uma pesquisa-ação, pois os atores sociais diretamente nela implicados começam a construir uma reflexão sobre o seu próprio trabalho e o sentido dele na vida política e social da comunidade. No âmbito deste texto, porém, são narrados exclusivamente os dados colhidos na primeira etapa da pesquisa, chamada de etapa diagnóstica.

Na referida etapa, os dados apresentados baseiam-se em entrevistas semiestruturadas com pessoas que atuam em diferentes projetos dentro da comunidade e a partir de diferentes lugares e instituições. Ou seja, não são moradores da comunidade. No período que durou aproximadamente seis meses, entre o final de 2011 e o primeiro semestre de 2012, foram realizadas dez entrevistas, sendo sete com pessoas ligadas a organizações não governamentais e três entrevistas com atores do poder público. Uma dessas entrevistas foi coletiva, com três técnicos de um órgão público, de forma que se consolidam, nessa etapa, sete falas de atores de organizações sociais e cinco falas de técnicos e gestores públicos. A estas entrevistas adicionamos mais uma de um estudante de cinema que conhecemos por meio de um dos entrevistados e que, no mencionado intervalo de tempo, estava captando imagens da comunidade e do seu cotidiano de vida e trabalho para produzir um vídeo que era parte de uma atividade acadêmica sua.

O quadro 1, exposto a seguir, procura sintetizar as principais características do público escutado nesta etapa inicial de pesquisa. São referidos apenas a organização a que pertence, a função do entrevistado na mesma e o tipo de relação que a organização/sujeito mantém com a comunidade pesquisada.

Entrevistado	Organização/característica	Relação com a comunidade
1	Voluntária ligada à Igreja Católica	Trabalho empreendido em nível pessoal, de busca de recursos e de voluntários para atuar em uma espécie de serviço social na comunidade, desde 1999.
2	Voluntária ligada à Igreja Católica	Trabalho voluntário que organiza as ações da Paróquia que dá nome à Vila, como distribuição de alimentos e medicamentos, além de ações assistenciais pontuais.
3	Professora de matemática de uma escola do bairro. Atua desde 2000.	Atende crianças da comunidade no ensino fundamental regular.
4	Assistente Social de entidade beneficente no bairro que atende crianças da comunidade.	Programa atende crianças em atividades socioeducativas em turno inverso à escola desde 2005.
5	Assistente Social ligada a duas ONGs: uma dentro do próprio loteamento e outra no bairro.	As duas ONGs têm programas socioeducativos em turno inverso à escola, desde 2008.
6	Pedagoga que coordena trabalho socioeducativo.	Programas socioeducativos em turno inverso à escola, desde 2008.
7	Irmão Marista que coordena um Centro Social e uma Escola Infantil dentro do loteamento.	A Irmandade Marista mantém o Centro Social com programas socioeducativos e culturais e uma Escola Infantil dentro do loteamento.
8	Gestor público, diretor de Governança da Secretaria de Coordenação Política e Governança Local.	Coordena ações de articulação política e o orçamento participativo na cidade.
9	Gestor Público, coordenador do Centro Administrativo Regional do centro da cidade, onde fica o loteamento.	Atua como subprefeitura que articula ações dos órgãos públicos municipais na região central da cidade.
10	Arquiteta e coordenadora técnica do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB)	Órgão responsável pelos projetos arquitetônicos de moradia popular, como os do loteamento estudado.
11	Assistente Social (1) ligada ao DEMHAB	O órgão também faz acompanhamento inicial das populações alocadas em loteamentos populares, como o estudado.
12	Assistente Social (2) ligada ao DEMHAB	O órgão também faz acompanhamento inicial das populações alocadas em loteamentos populares, como o estudado.

Quadro 1: relação de entrevistados na etapa diagnóstica da pesquisa

Fonte: dados primários da equipe de pesquisa

Todas entrevistas foram gravadas e transcritas, permitindo aos pesquisadores uma reflexão sobre o conjunto dos olhares que incidem sobre a comunidade. Os roteiros das entrevistas eram diferentes conforme o tipo de público que era ouvido. Em relação aos sujeitos do poder público, por exemplo, o roteiro iniciava com uma escuta dos pesquisadores a respeito dos projetos e programas desenvolvidos por cada órgão junto à comunidade e depois inquiria esses mesmos sujeitos a respeito das suas impressões sobre as formas de organização econômica e política existentes ou não na comunidade. Semelhante estrutura foi mantida em relação às entrevistas com os sujeitos ligados à Organização Não Governamental (ONG), às escolas e às igrejas, com pequenas variações que iam sendo introduzidas à medida que as entrevistas iam sendo feitas, já que novas informações levavam os pesquisadores a inquirir os próximos entrevistados sobre essas circunstâncias que iam se apresentando.

Algumas entrevistas foram feitas em espaços da própria comunidade, pois os entrevistados se encontravam lá no momento marcado. Os pesquisadores também estiveram na comunidade em três outras ocasiões, em função de eventos, reuniões comunitárias e festividades lá ocorridas, para as quais os nossos informantes/entrevistados nos convidavam, justamente com a intenção de nos apresentar a determinados moradores ou nos fazer conhecer “de fato” – para usar suas palavras – aquele lugar.

A vivência na comunidade também foi facilitada pela execução simultânea à pesquisa de um projeto de extensão financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e voltado à inclusão digital e social. Executado pela Universidade de vínculo dos pesquisadores em colaboração com uma ONG que tinha sede próxima ao local, o público do projeto, em parte, era de constituído de jovens dali oriundos.

Também se somam a essas evidências empíricas algumas fontes secundárias que contextualizam os pesquisadores no universo dessa comunidade, que, como descrito na seção seguinte, tem localização central na cidade de Porto Alegre e é lugar de recorrente exposição midiática<sup>5</sup>. Foi também utilizada como dado secundário uma pesquisa diagnóstica feita em 2010 na comunidade, pela mesma ONG supracitada, e que embasou o projeto mencionado no parágrafo anterior. Por fim, o leitor perceberá que, a partir das falas de alguns entrevistados, em especial daquelas pessoas que conhecem e trabalham na comunidade há muitos anos, foi possível também reconstruir a história detalhada do lugar, de modo que tais informações acabam sendo usadas no nosso texto como dado histórico.

Na seção seguinte, que apresenta e discute os dados empíricos, optamos por não apresentar as respostas dadas pelos entrevistados na forma de categorias, até porque não houve essa opção metodológica. Preferimos analisar os dados à luz do referencial teórico revisto na seção anterior, incorporando algumas falas na forma de citação direta, com a identificação do entrevistado pelo número apresentado no quadro 1, assim como referindo algumas informações colhidas como citações indiretas.

Dessa forma, a seção seguinte apresenta e discute o resultado desse conjunto de falas, procurando então construir a problematização que referimos como questão de pesquisa ao colocar essas impressões em diálogo com o referencial teórico revisado.

## 4 A COMUNIDADE PESQUISADA: CARACTERIZANDO A VULNERABILIDADE

O foco de atuação do projeto de pesquisa aqui apresentado é no Bairro Marcílio Dias, que pertence à área geográfica denominada Entrada da Cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil. No local, há amplas extensões de bolsões de miséria, nos quais mora uma população em condições de precariedade social, que prevalece apesar da introdução de alguns programas de construção de moradias, por meio do Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC). Este programa, gerido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, recebe recursos dos programas de desenvolvimento urbano, operacionalizados pela Caixa Econômica Federal<sup>6</sup> e está voltado para urbanizar um espaço que é a principal via de entrada rodoviária de Porto Alegre.

A comunidade origina-se de processos de invasão junto à área central de Porto Alegre, realizados por parte de famílias, muitas vindas de cidades menores, ainda nos anos 1980 e 1990.

<sup>5</sup> Em fevereiro de 2012, por exemplo, houve o atropelamento com morte de uma criança de sete anos, moradora da Vila Santa Terezinha, que andava de bicicleta na avenida em frente à comunidade, uma via de alta velocidade que chega ao centro histórico de Porto Alegre. Houve protesto da comunidade, com apoio de uma ONG que fomenta o uso da bicicleta na cidade. O fato levou à prefeitura a construir quebra-molas no local. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=391405>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

<sup>6</sup> Banco público brasileiro que tem foco em financiamento habitacional e saneamento básico, além de atuar como banco comercial.

Em 2000, diante dos efeitos continuados de uma crise de emprego no Brasil, a comunidade, até mesmo pela proximidade com o centro histórico da cidade, começa a se ocupar majoritariamente da coleta de lixo seco, o que termina estigmatizando o lugar como “Vila dos Papeleiros”. As imagens registradas desse período mostram as condições de habitação e trabalho precárias, uma vez que todos os resíduos coletados eram separados a céu aberto, em frente à já mencionada grande avenida que permeia o local, e os resíduos não comercializados eram descartados ali mesmo. A prática de triagem individual e feita nos pátios e espaços das próprias casas, como se constata atualmente, permanece, embora agora a condição de moradia seja, fisicamente, diferente.

Em março de 2004, houve um grande incêndio na Vila, que destruiu 200 barracos (cerca de 90%) onde viviam aproximadamente 700 pessoas. Reconstruídos esses espaços, em fevereiro de 2005, houve outro incêndio, de proporções um pouco menores, mas que levou a prefeitura a remover os moradores para albergues e casas de passagem em um local mais afastado do centro, durante cerca de um ano, período no qual foram construídas 217 casas que, desde o incidente no ano anterior, estavam sendo projetadas para garantir melhores condições de habitabilidade aos moradores. Além das unidades habitacionais, foram construídos também um centro social, uma escola infantil e uma praça, além de 10 unidades comerciais. O Centro Social serviu como espaço para associação de moradores que se formou nesse período, entretanto tenha sido desativado e invadido, o que fez com que a prefeitura o cedesse para a Irmandade Marista, ligada à Igreja Católica, que então implantou no local um dos seus Centros Sociais Maristas, que desenvolve ações socioeducativas em turno inverso à escola. Em 2010, a Irmandade assumiu também a gestão da Escola Infantil/Creche que até então era mantida por um grupo de voluntárias da Paróquia Santa Terezinha, a partir do repasse de recursos da Prefeitura de Porto Alegre.

A atual Vila Santa Terezinha recebe esse nome como uma homenagem à paróquia de mesmo nome, que fica em local próximo: foi um grupo de voluntárias dessa paróquia, lideradas pelas entrevistadas 1 e 2, que mais articulou ajuda à comunidade na época dos incêndios referidos. Até hoje essas duas pessoas ainda atuam diariamente no local em ações assistenciais e de apoio pontual a demandas de toda natureza, desde a doação de alimentos e medicamentos até apoio para conseguir emprego a essas pessoas e intermédio quanto demandas junto ao poder público.

A maior parte das famílias possui precárias condições de moradia (apesar de relativamente novas, as famílias não têm condições de fazer a devida manutenção), falta de saneamento básico, higiene e infraestrutura, apesar de estarem localizadas em espaços urbanos bastante próximos ao centro da cidade. Há altos índices de evasão escolar e de analfabetismo funcional ou declarado (9% da população apresentam analfabetismo declarado e 41% apresentam analfabetismo funcional). Há pouca qualificação da força de trabalho e altos índice de desemprego, prevalecendo o trabalho precário e informal, em boa parte ligado à catação e venda de lixo seco. A população jovem (menos de 20 anos) é maioria, constituindo mais de 50% dos habitantes da comunidade. Desses, há mais de 200 jovens entre 14 e 29 anos, a maioria dos quais com baixa escolaridade e sem emprego fixo, cuja renda familiar média é de 1,5 salário mínimo e a renda per capita de 0,5 salário mínimo.

A partir das entrevistas com todos os informantes já mencionados, identificou-se um quadro de subemprego generalizado: quem não se ocupa da catação de lixo seco, que depende de coleta diária para revenda a atravessadores que revenderão os materiais para a indústria de transformação, vive de outras ocupações informais, principalmente como diaristas, no caso das mulheres, e trabalhos esporádicos em pequenos consertos e outros serviços, no caso dos homens. Não há um dado preciso sobre aqueles que trabalham em empregos formais, porém o conjunto de depoimentos dos nossos informantes aponta para um número que não deve ultrapassar 10 pessoas. O simples fato de essas pessoas serem identificadas em uma comunidade de mais de 250 famílias já demonstra o grau de exceção que esse tipo de ocupação representa.

Para finalizar esta seção, ilustramos a implicação que tem a falta de uma predisposição mínima (ou um habitus mínimo) para se relacionar com as instituições da modernidade por meio de duas situações pontuais: uma em relação ao mercado e à disposição para o trabalho assalariado; e outra a respeito da relação com o Estado.

Em termos de relação de mercado, aconteceu no final do ano de 2012 a incursão, na Vila Santa Terezinha, de uma rede de supermercados forte e atuante na cidade de Porto Alegre para seleção de jovens entre 18 e 24 anos para trabalharem na rede. A ação foi articulada pela entrevistada 1 e divulgada pela rede como uma ação de “responsabilidade social”. Dos mais de 200 jovens nessa idade, que se estima que moram na comunidade, pouco mais de 20 compareceram à reunião de recrutamento, e, destes, somente oito foram considerados aptos para contratação. Nenhum foi contratado de imediato, mas passaram a compor um banco de habilitados a vagas de emprego formal.

Quanto à relação com o Estado, ilustramos a baixa participação de representantes da comunidade em um ciclo de reuniões mensais promovidas pela prefeitura durante todo o ano de 2012 (não mais que 20 moradores a cada reunião), com a finalidade de escutar as demandas e comunicar às pessoas a oferta de programas e ações de diferentes órgãos e secretarias da prefeitura.

Durante contato que o pesquisador tinha com os moradores nas reuniões<sup>7</sup>, a baixa presença era justificada porque, na fala de uma moradora, “não entendemos o que o pessoal da prefeitura fala e achamos que eles também não entendem o que falamos, pois nada do que pedimos é atendido e a responsável pela reunião sempre está passando para o próximo ponto da pauta da reunião sem responder nossas perguntas....”.

## 5 POR ONDE PASSA A MUDANÇA NECESSÁRIA PARA A PARTICIPAÇÃO? PROBLEMATIZANDO A LEITURA DO QUE SE VÊ

Vimos pelo conjunto da breve narrativa da pesquisa, dentro dos limites que o texto permite, que há evidências marcantes de um “déficit” de habitus que dificulta o estabelecimento de relações entre as pessoas e as principais instituições modernas: o Estado e o mercado. Embora o interesse central do texto seja problematizar especialmente a participação política, portanto a relação com o Estado, nossa introdução sinalizou que o início da pesquisa tinha a intenção, também, de tentar entender as dinâmicas de organização coletiva para o trabalho na comunidade. Esse interesse era fruto de uma trajetória pessoal de pesquisa anterior, no campo da Economia Solidária, que levou o pesquisador a pressupor que, em tais espaços, os laços solidários e de ajuda recíproca pudessem grassar por conta da própria necessidade material imposta às pessoas.

Por isso, é possível ao leitor perceber matizes de evidências não somente políticas, mas também econômicas. Dentro do embasamento teórico que construímos, ligado à forma como os sujeitos conseguem ou não interagir com as instituições da modernidade periférica, esse duplo aspecto de pesquisa não constitui contradição ou imprecisão metodológica. Ao contrário, entendemos que essa dupla abordagem reforça nosso argumento de aproximação entre as evidências de organização comunitária e o embasamento teórico, que nos permite uma aproximação com a questão proposta no texto com mais intensidade: a problematização da participação nos contextos de vulnerabilidade social.

<sup>7</sup> As reuniões mensais da prefeitura com a comunidade foram uma experiência muito rica a esta pesquisa, e estão sendo analisadas em outro texto produzido pelo autor, tamanha a atenção demandada e complexidade das reflexões que estão sendo produzidas. No contexto deste texto, só quisemos referi-las como ilustrativas da dificuldade de entendimento do tipo de relação que a prefeitura parecia querer estabelecer com a comunidade.

Em textos anteriores, referentes a esta pesquisa e também a outras duas desenvolvidas em territórios com características semelhantes, viemos acumulando algumas vivências que sistematicamente têm desafiado nossas lentes de pesquisa. Em quase todos os espaços e em todos os tipos de dinâmicas coletivas, seja para o trabalho, de caráter econômico, seja para a mobilização e luta por condições de vida, de caráter político, deparamo-nos com uma “inconsistência” em relação aos modelos idealizados para as relações existentes, no sentido de que as teorias não dão conta de explicar ou mesmo descrever o que as pessoas fazem e dizem.

Todavia, e por mais paradoxal que possa parecer, a vida econômica e política nesses locais é extremamente viva e dinâmica. Na comunidade da atual pesquisa, por exemplo, a grande maioria das mais de 200 famílias sobrevive economicamente de atividades extremamente precárias e degradantes, quase todas ligadas ao lixo, como já referenciado. Contudo, as relações nesse campo se mostram muito complexas.

Toda atividade de catação requer uma organização “logística” bastante sofisticada. O catador sai para a rua em plena madrugada puxando um carrinho de ferro que usualmente não é de sua propriedade, mas que é locado por outra pessoa que é chamado de “atravessador”. Em breve voltaremos a retomar essa cadeia, mas por ora precisamos dizer que esse catador atua nas redondezas da própria região central da cidade, onde se localiza a comunidade, pois é ali que se concentram atividades comerciais que são a maior fonte de descarte de materiais recicláveis – e ele/ela sabe disso! De volta à comunidade, esse catador então organiza, separa e amarra os diferentes materiais normalmente em frente ou no pátio da sua residência e então o repassa ao atravessador.

O atravessador (ou atravessadores: há ao menos dez deles mapeados pelas primeiras incursões da pesquisa) é outro morador com algum grau de sofisticação a mais na organização do trabalho, pois tem capacidade de acumular mais material e, conseqüentemente, capital, pois revende os materiais à indústria de reciclagem por um preço maior do que paga ao catador. Além do mais, o “aluguel” do carrinho já lhe permite a extração de mais valia absoluta: o catador só recebe em dinheiro uma parte do que cata, usando a outra parte para pagar em espécie (material reciclável) o aluguel do carrinho.

Os atravessadores ocupam o espaço público da Vila para esse trabalho de acúmulo de volume ou então alugam prédios nas proximidades onde o catador pode também fazer a separação, em vez de fazer na sua casa. O atravessador, muitas vezes, adianta dinheiro ao catador, de forma que se cria uma relação, ao mesmo tempo, pessoal e de dependência econômica racional, situação que poderíamos situar no limiar do desenvolvimento ou não de um habitus primário básico que garanta ao sujeito “navegar” na institucionalidade de um mercado altamente precário. O atravessador pode ser localizado no limiar levemente superior ao habitus precário, enquanto o catador parece estar no limiar imediatamente inferior; porém ambos estão ao redor de uma situação de difícil condição de sobrevivência.

Tal condição ao mesmo tempo os distingue e os une. Aos olhos um do outro, a distinção é clara e exorbitante. Sob a nossa lente acadêmica, todos parecem viver uma condição altamente vulnerável e quase indistinta. Em uma reunião de que participamos na comunidade, que envolvia a gestão direta da prefeitura na coleta do lixo e entrega a uma cooperativa que seria formada pelos atuais catadores, houve grande polêmica e discussões com agressões verbais (e quase físicas) entre essas duas categorias, pois esse modelo de coleta acabaria com a figura do atravessador. A fala de um deles foi simbólica: “Eles não vão saber administrar a cooperativa e ela vai quebrar: eu posso entrar, mas só se for para administrar eles” (ele se referia aos catadores). Os catadores, que não sabiam fazer contas, em razão da baixa escolaridade formal, são “roubados” pelos atravessadores na hora de receberem o pagamento, o que leva estes a terem “uma vida boa”. Na leitura acadêmica, todos moram na mesma comunidade e sofrem as mesmas privações econômicas e sociais, com gradações muito sutis.

Já na esfera política, essas mesmas reuniões comunitárias permitiam vivenciar a relação das pessoas com o Estado. Eram reuniões mensais organizadas pelo poder público municipal e que envolviam técnicos de diversos órgãos e secretarias e também representantes de ONGs, do Posto de Saúde, das escolas próximas, do Conselho Tutelar, de Igrejas e até de uma Escola de Samba localizada nas proximidades da Vila. O objetivo era sempre organizar as demandas dos moradores e encaminhar as soluções por meio dos canais da municipalidade ou da organização voluntária entre as diferentes organizações que atuam no território.

Em alguns momentos, as reuniões ficavam com climas surrealistas, pois a pauta envolvia informes da prefeitura sobre como estavam os encaminhamentos das demandas anteriores: o informe era a abertura de um processo administrativo que era inclusive levado e mostrado para as pessoas, que não faziam a menor ideia do que era aquela pasta com papéis. No caso exemplificado, a demanda era para aumentar a frequência da coleta do lixo orgânico, que, segundo os moradores, não era feita três vezes por semana, como dizia o técnico do departamento responsável por isso na prefeitura. Para os moradores, a questão estava em aberto, pois o lixo estava na frente das casas deles/delas, mas, para a prefeitura, o assunto estava “encaminhado” e então se passava a outro ponto da pauta.

Como os moradores não se sentiam escutados, ficavam conversando entre si e repetindo a reclamação, enquanto eram advertidos e repreendidos pela coordenação da reunião, já que não poderiam existir “reuniões paralelas”. Ou seja, estávamos diante de uma total incapacidade de comunicação de parte a parte simplesmente porque a forma como cada parte desse não diálogo raciocinava era diferente. Desnecessário dizer que a racionalidade imposta era a dos técnicos da prefeitura e que a reunião era encerrada pontualmente no horário programado.

Com esses sutis exemplos, quisemos trazer minimamente algumas ilustrações da incompatibilidade entre as formas como os moradores da comunidade organizavam o seu modo de pensar sobre a sua vida em diferentes dimensões (econômica, política, dentre outras que não abordamos, como a cultural e social). Registramos, evidentemente, que essas diferentes dimensões são classificações nossas, uma vez que, para essas pessoas, catar, arrumar dinheiro com isso, comer e brigar com a prefeitura – quando ela vem impor um programa para eles não saírem mais à rua e esperarem que o caminhão da coleta oficial traga o material para eles separarem – é tudo uma coisa só e indivisível.

A título de ilustração de situações correlatas, cabe mencionar outro estudo empírico, de Silva e Alves (2009), que também evidencia as tensões que decorrem da implementação de um programa de “profissionalização” do artesanato local como “produto turístico” quando a lógica racional empreendedora se depara com práticas culturalmente enraizadas de trabalho e comercialização.

Na mesma linha de pesquisa, o trabalho de Freitas (2013) sobre microfinanças e seu papel como ferramenta de “inclusão” financeira aponta os desafios e as inovações de uma prática que avança para além dessa “racionalidade única” e desenvolve mecanismos de concessão e controle do crédito que dialogam com referências locais, culturais, familiares e simbólicas dos públicos envolvidos. Tal exemplo, mesmo que de uma experiência econômica, e não política, como a que problematizamos neste artigo, reflete a possibilidade não somente teórica, mas também material, da existência de outras formas de organização de diferentes dimensões da vida a partir de racionalidades diversas daquela hegemônica.

Ou seja, é possível, a partir desse conjunto de experiências de campo e de reflexões a seu respeito, perceber que é necessário problematizar as discussões e análises que apontem simplesmente “entraves” e “necessidades de ajustes” nas políticas de inclusão social para espaços e comunidades de alta vulnerabilidade social, tendo em vista que talvez exista a questão precedente da subcidadania que precisa ser levada em conta para se trabalhar com essa delicada, ultrajante e persistente condição da modernidade periférica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, quisemos problematizar os limites da participação política em comunidades de alta vulnerabilidade social por meio da noção de subcidadania, do ponto de vista teórico, e da experiência empírica em uma comunidade desse tipo em Porto Alegre.

Desse diálogo entre teoria e prática, podemos concluir que:

- a. nesses espaços, a noção de subcidadania – entendida como uma condição de posse de um habitus precário que não confere às pessoas a esquematização cognitiva e pré-reflexiva suficiente para entender e interagir com instituições modernas, não permitindo o reconhecimento de si como sujeitos políticos – serve como parte da explicação da sua baixa participação, reservada, evidentemente, a precaução de que não se totalize a análise e não se reifiquem os sujeitos no todo.
- b. como esse entendimento das ações das pessoas acontece na relação entre o modo como “leem o mundo” e o próprio “mundo”, a dissonância entre elas pode significar um “ruído” em qualquer dos lados da relação, de modo que podemos construir uma leitura sobre o modo de agir e de (não) entender o mundo e também uma leitura sobre esse próprio “mundo”, no sentido de lhe atribuir o atributo de não inteligibilidade que pode, inclusive, ser intencional.

Ou seja, essa problematização empreendida no texto abre caminho para pensar que o “mundo” (leia-se os fenômenos sociais da modernidade periférica) está construído a partir de uma racionalidade que se exprime em instituições realmente ininteligíveis para quem não desenvolve os pressupostos mínimos dessa mesma racionalidade. Ao mesmo tempo, isso pode nos levar a pensar que talvez essa não seja a única racionalidade possível e que a racionalidade que está posta, apesar de se mostrar como única possibilidade plausível de organizações social, é excludente por natureza, na medida em que exige uma predisposição dos sujeitos para encarar uma única forma de relação com o Estado e uma outra única forma de relação como o mercado.

Talvez, por fim, e ainda a título de especulação teórica a ser investigada, tal predisposição para lidar com as instituições modernas seja, de fato, uma construção sócio-histórica de uma classe social (a burguesia) que, mesmo tendo se alastrado para outras classes e outras esferas de vida não econômica, como supôs Weber (2003), acabou se afirmando como um código de conduta moral hegemônica que, exatamente por ser hegemônica, não alcança a todos.

Como Souza (2003, p.165) salienta:

A burguesia, como a primeira classe dirigente na história que trabalha, logrou romper com a dupla moral típica das sociedades tradicionais, baseadas no código da honra e construir pelo menos uma medida apreciável e significativa, uma homogeneização do tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade, etc.

Pode-se mesmo imaginar que essa racionalidade é intencionalmente excludente, argumento que poderia ser justificado a partir de uma análise marxista do modo como essa racionalidade acaba organizando o trabalho e, a partir dele, a própria sociedade, empreendimento que não é possível dentro deste mesmo texto.

De qualquer modo, as conclusões provisórias desta pesquisa remetem à necessidade urgente de que a própria pesquisa acadêmica nesses contextos precisaria partir de outros pressu-

postos metodológicos para, com base no modo de organização da vida e do trabalho observado, poder ajudar no exercício imaginativo de reinvenção das instituições.

Em prefácio a outra obra de Jessé de Souza<sup>8</sup>, o filósofo Roberto Mangabeira Unger apontava que, para acontecer uma verdadeira transformação social no Brasil, era preciso “reinventar as instituições”, o que nos leva a pensar que a questão da desigualdade gritante de condições de vida não pode ser solucionada com tentativas de “inclusão” dos mais vulneráveis no quadro institucional atual, mesmo porque, como se viu nas reflexões deste texto, falta a essas pessoas a estrutura cognitiva e as disposições para viver sob a moral dessas mesmas instituições. Parece tratar-se, antes, de uma necessidade de mudar as próprias instituições para que as que venham a substituí-las sejam expressão de outra racionalidade e de outra forma de viver.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a, 224 p.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 1998a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998b.
- \_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.
- FERNANDES, Florestan. A concretização da revolução burguesa. In: IANNI, Octávio. **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo, Expressão Popular, 2009. p. 425-450.
- FREITAS, Alair Ferreira. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, jan./mar. 2013.
- GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JR., O. AL., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. (Orgs.). **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro, 2004. p. 57-93.
- HINTZE, S. Capital social y estrategias de supervivencia: reflexiones sobre “el capital social de los pobres”. In: Dañan C. (Comp.). **Políticas sociales y economía social**: debates fundamentales. Buenos Aires: UNGS-Fundación OSDE-Altamira, 2004 (colección de lecturas sobre economía social).
- KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ROMANO, Jorge. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Documento de Apoio apresentado no International Workshop *Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together*. Rio de Janeiro, 4 a 6 de Setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>>. Acesso em: 22 out. 2014.

<sup>8</sup> SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010. Nesta obra, a partir de extensos estudos empíricos, o autor enfoca a classe emergente que parece superar a condição de habitus precário e inicia a construção de disposições que lhe permitem mobilidade social. Contudo, o autor sustenta que não se trata de uma nova classe média, apurada com base em renda e padrões de consumo, mas de uma nova classe trabalhadora que desenvolve e transmite novos valores imateriais.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Gustavo Melo e ALVES, Jean Carlos Machado. Governança municipal do desenvolvimento local: duas realidades de cadeias produtivas artesanais. In: **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 3, p. 499-512, set./dez. 2009.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Max Weber**: a Gênese do capitalismo moderno. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.